



Carta aberta aos servidores e servidoras da área ambiental

Sobre o que está em jogo para o Ibama, o ICMBio, o Serviço Florestal Brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente e o SISNAMA

Colegas,

Há momentos em que o silêncio é cumplicidade. Este é um deles.

Em 25 de outubro de 2026, o Brasil decide em segundo turno quem governará o país de 2027 a 2030. Um dos dois candidatos, o senador Flávio Bolsonaro (PL), chegou à frente no primeiro turno com 47,04% dos votos válidos. Ele se apresenta como continuador do governo de seu pai. Seu próprio plano de governo diz que pretende "retomar" o caminho de 2019–2022 e repete, página após página, que "já mostramos" como governar.

Nós, servidores e servidoras da área ambiental federal, sabemos o que foi esse caminho. Vivemos esse caminho. Muitos de nós carrega até hoje as marcas dele.

Lembremos, porque a memória é a nossa primeira defesa.

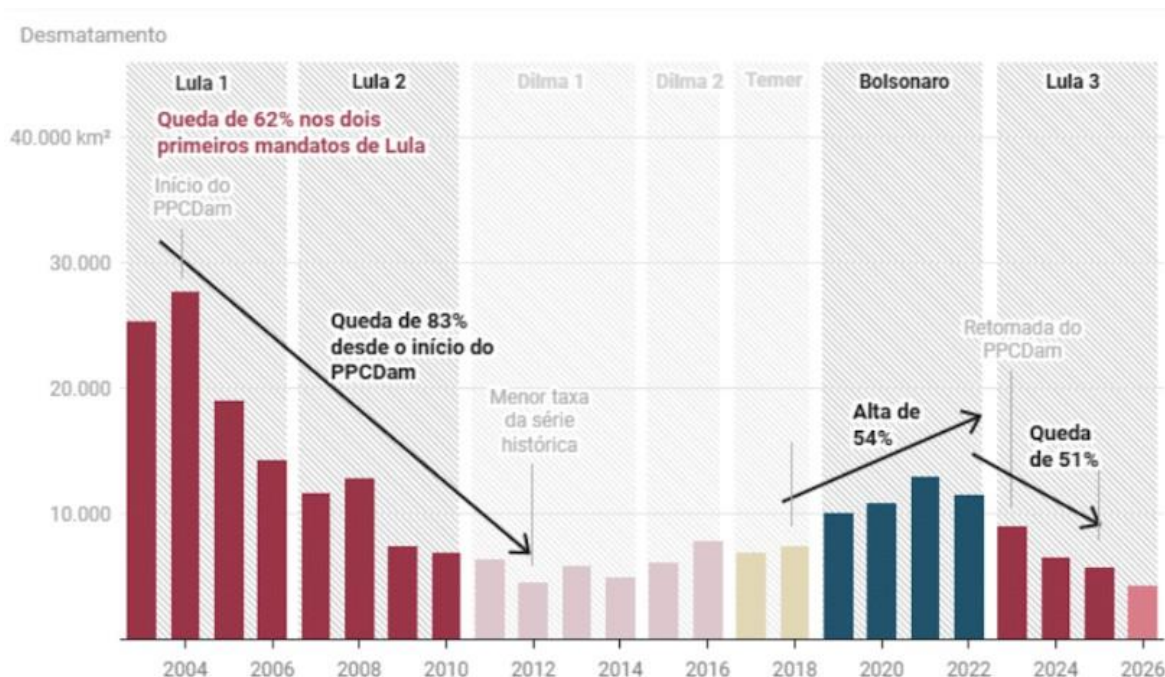
Lembremos que ainda na transição em 2018 foi anunciado que o Ministério do Meio Ambiente seria extinto. Reagimos junto com os parceiros de causa.

Lembremos que nossas agendas e políticas foram paralisadas desde o primeiro dia útil da nova gestão, simbolicamente representada pela derrubada de paredes físicas e morais em cima dos servidores do MMA, desrespeito pela administração pública e pelos princípios da transparência: fomos tratados de vagabundos inclusive em discursos oficiais.

Lembremos que policiais e militares ocuparam nossos órgãos, destruindo nossas estruturas por dentro.

Lembremos de agosto de 2019. O INPE mostrou alta do desmatamento e o então presidente chamou os dados de mentira e insinuou que o diretor do instituto, Ricardo Galvão, estaria "a serviço de alguma ONG". Galvão foi exonerado. O recado a todo servidor técnico do país foi claro: quem mostrasse a verdade pagaria o preço.

Lembremos dos números que nenhum discurso apaga. Segundo o PRODES/INPE, a Amazônia perdeu 10.129 km² de floresta em 2019, 10.851 km² em 2020, 13.038 km² em 2021 (taxa consolidada do INPE, a maior desde 2006) e 11.568 km² em 2022. Foram 45.586 km² em quatro anos. A média anual subiu cerca de 59% em relação ao quadriênio anterior. E o dado de 2022 só foi divulgado depois da Conferência do Clima da ONU, para não constranger o governo.



Fonte: Site O Eco

Lembremos de 22 de abril de 2020. Em reunião ministerial, com o país contando seus mortos pela covid-19, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, propôs aproveitar que a imprensa "só fala de covid" para "ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas". Não foi um lapso. Foi um método, e o Brasil só o conheceu porque o Supremo Tribunal Federal mandou divulgar o vídeo.

Lembremos do que aconteceu com quem fiscalizava. Em abril de 2020, uma reportagem de televisão mostrou uma operação do Ibama contra o garimpo ilegal em terra indígena no Pará, com a inutilização de equipamentos dos garimpeiros. Dois dias depois, o Diretor de Proteção Ambiental foi exonerado. Em 30 de abril, foram exonerados o coordenador-geral de fiscalização, servidor de carreira desde 2005, e o coordenador de operações, que já havia sido ameaçado de morte por seu trabalho e foi monitorado pela Abin paralela montada no GSI. O Ministério Público Federal abriu investigação sobre as circunstâncias. A mensagem foi a mesma de 2019: fazer bem o trabalho virou motivo de punição.

Lembremos do Fundo Amazônia. Em abril de 2019, o governo extinguiu os dois comitês que o geriam, o Cofa e o CTFA. Alemanha e Noruega suspenderam as doações. R\$ 3,2 bilhões ficaram congelados enquanto a floresta batia recordes de destruição. Em 3 de novembro de 2022, no julgamento da ADO 59, relatada pela ministra Rosa Weber, o STF reconheceu a omissão inconstitucional do governo e deu 60 dias para reativar o fundo. Só o ministro Nunes Marques votou contra.

Lembremos do Conama. Por decreto de maio de 2019, o principal colegiado ambiental do país passou de 96 para 23 conselheiros, e a sociedade civil caiu de 22

para 4 assentos, escolhidos por sorteio. Na ADPF 623, proposta pela PGR e julgada em sessão virtual encerrada em 19 de maio de 2023, o STF declarou o Decreto 9.806/2019 inconstitucional por unanimidade. A relatora, Rosa Weber, apontou "um déficit democrático, procedimental e qualitativo, irrecuperável". E isso é só parte do desmonte da transparência pública e controle social na administração pública porque o chamado "revogaço", extingue de uma só vez quase todos os colegiados existentes: a máxima de passar a boiada no plano infralegal exercido em nossas políticas públicas ambientais e que nos últimos anos tentamos, a duras penas, resgatar.

Lembremos de 19 de maio de 2021, um dia de vergonha para o nosso IBAMA. Na Operação Akuanduba, a Polícia Federal cumpriu 35 mandados de busca, e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, afastou o presidente do Ibama, Eduardo Bim, e outros nove agentes públicos. Também determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ministro Ricardo Salles. No centro da investigação estava um despacho da presidência do Ibama, de 25 de fevereiro de 2020. Contrariando normas e pareceres técnicos do próprio órgão, ele dispensou a autorização de exportação de produtos florestais. O STF suspendeu o despacho. Os pareceres técnicos dos servidores estavam certos. A cúpula, não.

Foi isso que se viveu. Ninguém nos contou. Foi no enfrentamento, aqui exemplificado, que buscamos manter nossas instituições e nossa dignidade em pé naqueles anos que ameaçam voltar. Fomos chamados de vagabundos, nos ofereceram granada no bolso, criaram um clima de assédio institucional, adoeceram nossas instituições e nossos corpos e mentes, mas reagimos.

Chamados de ideológicos, respondemos dizendo: "NOSSA IDEOLOGIA É FLORESTA EM PÉ, ÁGUA LIMPA, AR PURO E COMIDA SEM VENENO". E depois ainda continuamos lutando pelos nossos colegas que foram injustamente demitidos, pelos nossos direitos a salário digno, às indenizações que a lei nos garante, mais concursos e etc.

As Associações de base da Ascema Nacional trabalharam junto ao Congresso Nacional, junto ao judiciário e até ao Papa, fizemos denúncia.

E agora, o que se promete?

O plano de governo registrado pelo candidato no TSE promete "eliminar superposições entre Ibama, Funai e ICMBio" (p. 59), sem dizer quais atribuições, quais estruturas, quais cargos, quais servidores, o que na prática significa extinguir os órgãos ambientais. Promete o "corte de no mínimo 10 ministérios" (p. 69), sem dizer quais. Para quem viveu 2019, quando se cogitou fundir o Meio Ambiente à Agricultura, o silêncio sobre quais pastas serão cortadas não é tranquilizador: é um alerta.

O plano propõe ainda que, se o órgão ambiental "não decidir nem se manifestar" dentro de um prazo que nem sequer é fixado, "a licença deve ser concedida" (p. 50). Imaginem isso aplicado a equipes de licenciamento já sobrecarregadas: a licença por decurso de prazo transforma a falta de pessoal em autorização para impactar. O plano promete fiscalizar "sem criar novas obrigações ou custos desnecessários para o produtor rural" (p. 58). E promete "acabar com a política que criminaliza o morador da floresta" (p. 59), expressão que, no contexto dos ataques passados à fiscalização, merece toda a nossa atenção. Em vídeo de campanha publicado em agosto, o candidato disse: "Vamos acabar com essas amarras ambientais."

E o que se promete a nós, servidores?

O plano anuncia "um grande TESOURAÇO: um corte profundo e por todos os lados, que enxuga a máquina" (p. 68). Anuncia a retomada do Programa Nacional de Desestatização (p. 70). Anuncia uma "ampla revisão normativa infralegal (...) nas áreas tributária, previdenciária e trabalhista" (p. 69). Dedicar um capítulo a combater a "República Sindical" e critica projetos em que "os sindicatos de servidores públicos" participam da formulação de políticas (p. 44–45). E afirma: "Daremos continuidade à reforma administrativa que já colocamos em discussão, para modernizar o funcionamento do Estado e a carreira do servidor" (p. 69).

A reforma administrativa não é fantasma. A PEC 38/2025 está protocolada na Câmara dos Deputados desde outubro de 2025. Seu relator, o deputado Pedro Paulo, declarou: "Passadas as eleições, a reforma administrativa é a reforma da prateleira, pronta para ser aprovada pelo Brasil". Em novembro de 2025, a ministra da Gestão, Esther Dweck, disse que a PEC 38 "não representa a posição do Executivo" e que "a proposta tem pontos que podem, de alguma forma, comprometer a estabilidade na nossa avaliação". Um governo que promete "enxugar a máquina" e dar "continuidade" à reforma é exatamente o que falta para essa prateleira virar lei.

A estabilidade não é privilégio. É o que permite a um fiscal autuar um poderoso sem medo de perder o emprego no dia seguinte. Foi a falta de proteção suficiente nos cargos de chefia que permitiu as exonerações de 2020. Imaginem o que seria sem estabilidade no cargo.

E há um efeito que poucos enxergam: o da previdência. Desde a Emenda Constitucional 103/2019, aprovada no governo Jair Bolsonaro, a Constituição permite que, havendo déficit atuarial no regime próprio, aposentados e pensionistas passem a contribuir sobre tudo o que exceder um salário mínimo. Se isso não bastar, a União pode criar uma contribuição extraordinária de ativos, aposentados e pensionistas, por até 20 anos. É legítimo perguntar: se o Estado contratar cada vez menos servidores estatutários, quem sustentará o regime próprio? A conta pode recair sobre quem já se aposentou.



E não nos esqueçamos do contracheque. Os últimos reajustes da nossa carreira antes de 2023 vieram de um acordo negociado ainda em 2015 e transformado em lei em 2016. Depois disso, veio o arrocho. O governo Temer congelou o gasto público por vinte anos com a Emenda do Teto. Também editou a MP 805/2017, que adia reajustes já garantidos em lei e elevava a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, e só não teve efeito porque o Supremo a suspendeu. O governo Bolsonaro foi além: em quatro anos, não concedeu um único reajuste geral aos servidores civis do Executivo federal. Enquanto isso, a inflação corroía, mês a mês, o salário de quem fiscalizava, licenciava e protegia o meio ambiente sob ataque. Foram seis anos sem reajuste geral. Essa sequência só foi quebrada em 2023, com o reajuste linear de 9% para todo o funcionalismo federal e o aumento do auxílio-alimentação de R\$458 para R\$658. Em 2024, o auxílio chegou a R\$1.000, junto com a elevação do auxílio-creche e da contrapartida do plano de saúde. E foi a nossa luta, com a greve de 2024, que arrancou o acordo de 21% a 23% de reajuste para a carreira em 2025 e 2026, com a ampliação da tabela de 13 para 20 padrões. Não é o que merecemos, e jamais deixaremos de dizer isso. Mas é a diferença entre um governo que senta à mesa e um governo que congela. Quem promete um "tesouração" que "enxuga a máquina" já nos avisou de que lado da tesoura estaremos.

Não queremos mais um dia do Fogo ou a destruição do Pantanal, como no desgoverno Bolsonaro. Não queremos mais ameaças diretas como estão fazendo em Terras Indígenas e outras áreas protegidas, de grupos que só estão a espera de uma vitória de Flávio Bolsonaro para novas invasões. Não queremos uma escalada de grileiros e garimpeiros sobre as Unidades de Conservação e riscos a comunidades tradicionais.

Colegas, o que está em jogo não é uma preferência partidária. É a sobrevivência de um projeto de Estado capaz de proteger o meio ambiente brasileiro, e das pessoas que dão a vida por ele. Não pedimos que ninguém acredite em nós. Pedimos que cada colega leia o plano de governo, confira os fatos que listamos acima, todos documentados em fontes públicas, e decida com a memória acesa.

Nós já vimos esse filme. Sabemos como ele termina.

Pense no seu futuro e da sua família antes de decidir o voto.

Converse com seus amigos e família sobre todos os efeitos destrutivos de uma possível eleição de Flávio Bolsonaro.

Com firmeza e esperança,

Brasília, 13/10/2026

ASCEMA Nacional